ano 6 - n. 11 | julho/dezembro - 2021
Belo Horizonte | p. 1-212 | ISSN 2446-9823
R. Int. de Dir. Púb. – RIDP

Revista Internacional de DIREITO PÚBLICO

RIDP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Administrar em tempos de crise e a revisão geral anual dos servidores públicos: o caso da Lei Complementar nº 173/2020

Jonas Faviero Trindade, Caroline Müller Bitencourt 9

1 Introdução 10
2 O ponto de partida: o sentido da revisão geral anual dos servidores, a incoerência e o solipsismo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal 11
3 Notas gerais da LC nº 173/2020 e a desafiadora regra do artigo 8º, inciso I, da LC nº 173/2020: dificuldades de interpretação no contexto pandêmico 20
4 *Não decidir* também é decidir em Direito: o preço da falta de coerência e integridade 24
5 Considerações finais 28
Referências 29

A denúncia dos tratados internacionais internalizados com força de emenda constitucional após a edição da EC nº 45/04

Melissa Demari, Gisele Resemini Echer 33

Introdução 33
1 Os tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro 34
1.1 Formação dos tratados internacionais no Brasil 35
1.2 Extinção dos tratados internacionais 38
2 O poder de reforma: delineamentos e limites 44
2.1 (Im)possibilidade de extinção de tratado internacional recepcionado com força de emenda constitucional no Brasil 45
Conclusão 49
Referências 50

O impacto das patentes de segundo uso sobre as compras governamentais de medicamentos

Guillermo Glassman, Rodrigo Mikamura 51

I Introdução 51
II O sistema de patentes e seu impacto sobre as compras governamentais 54
III O que são patentes de segundo uso e qual a sua função? 56
IV O impacto das patentes de segundo uso sobre as compras governamentais de medicamentos 60
V Conclusões 65
Referências 66

Desafios decorrentes do Covid-19: combate à violência contra a mulher e contra a criança no mundo é urgente!

Renata Miranda Lima, Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra, Stefani Miranda Lima, Mayla Croce 71

Introdução 72
1 Dados gerais do agravamento à violência contra a mulher 72

2 Aprofundamento de violações de direito nas relações de trabalho 82
3 Crianças e violações de direito em cenário de Covid-19 87
Conclusão 91
Referências 93

Homologação de sentença estrangeira
Benigno Núñez Novo 95
1 Introdução 95
2 Desenvolvimento 97
3 Considerações finais 100
Referências 101

A paradiplomacia brasileira e a pandemia da COVID-19
Verônica Novaes 103
1 Introdução 103
2 A paradiplomacia 104
3 Disciplina normativa da paradiplomacia brasileira após a Constituição Federal de 1988 105
4 A subscrição de convenções pelo Brasil e seus reflexos nos entes subnacionais .. 108
5 A paradiplomacia brasileira no contexto da pandemia da COVID-19 109
6 Conclusão 111
Referências 113

O direito à remuneração contratual em contratos administrativos invalidados segundo o Superior Tribunal de Justiça
Ana Paula Peresi de Souza 115
Introdução 115
1 A metodologia de pesquisa 117
2 As linhas de entendimento e os elementos de decisão 119
2.1 A primeira linha de entendimento: restituição da contraprestação contratual quando há a devida prestação do objeto avençado 119
2.1.1 Restituição vinculada à natureza do vício contratual quando há a devida prestação do objeto avençado 121
2.2 A segunda linha de entendimento: restituição da contraprestação contratual quando há a devida prestação do objeto avençado e a boa-fé do contratado 123
2.3 A terceira linha de entendimento: restituição da contraprestação contratual equivalente ao custo básico do produto ou serviço quando há a devida prestação do objeto avençado e má-fé do contratado 126
2.4 Entendimento isolado: possibilidade de restituição da remuneração mesmo quando há a devida prestação do serviço 129
3 Análise crítica da jurisprudência 130
3.1 Atual divergência de entendimento 130
3.2 Desconsideração da redação do artigo 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993 132
3.3 A parca análise da contribuição do contratado para formação do vício 133
3.4 A confusão entre dolo e má-fé e a ausência de análise do dolo e da culpa e das consequências daí derivadas 135
3.5 A indevida desconsideração do benefício auferido pela Administração Pública 139
3.6 A indevida desconsideração da natureza do vício que macula o contrato público .. 140
3.7 A necessidade de aprimoramento da produção de provas 142
4 A necessária revisão da jurisprudência acerca do tema 143
Conclusão 144
Referências 146

Dever regulamentar
Guilherme de Carvalho-Ribas 149

1 Introdução 149
2 Função administrativa e regulamento no Brasil 150
2.1 Regulamento e a limitação da discricionariedade 154
2.2 Regulamento e as competências e atribuições do Chefe do Executivo 155
2.3 Inadequação das expressões "poder regulamentar" e "faculdade regulamentar": vícios de pressupostos epistemológicos 155
2.4 Diferença entre decreto e regulamento 157
3 Inexistência de prazos para correção dos regulamentos e a revogação 157
4 Regulamentos impróprios e a inexistência de regulamentos autônomos 158
5 Inexistência de regulamentos delegados ou autorizados no Brasil 161
6 Conclusão 163
Referências 164

O ônus da prova nos contratos de terceirização firmados pela Administração Pública – Tema nº 1.118 do Supremo Tribunal Federal
Tessália Mariana Fernandes Pirolla 167

1 Introdução 167
2 A evolução da terceirização no Brasil e a responsabilidade da Administração Pública como tomadora dos serviços terceirizados 169
3 O ônus da prova nos contratos de terceirização firmados pela Administração Pública 176
4 Conclusão 181
Referências 183

Terceira dimensão dos direitos humanos: a efetivação da solidariedade à luz da dignidade da pessoa humana
José Nogueira Antunes Neto 185

1 Introdução 185
2 Terceira dimensão dos direitos humanos e o princípio da solidariedade 186
3 Considerações finais 189
Referências 190

Controle da Administração Pública no Estado de Direito
Nadia Cristina Batista 191

1 Introdução 191
2 Controle administrativo: conceito, finalidades e fundamentos 192
2.1 Tipos de controle 194
2.2 Recursos administrativos 195
3 Controle legislativo 198
3.1 Controle político 198
3.2 Controle financeiro 199
4 Controle judicial 200
4.1 *Habeas corpus* 201
4.2 *Habeas data* 202
4.3 Mandado de segurança 203
4.4 Mandado de injunção 205
4.5 Ação popular 206
4.6 Ação civil pública 207
5 Conclusão 208
Referências 209

Instruções para os Autores 211